

Líderes definem prioridades para votação



Líderes dos partidos e do governo participam da reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

A proposta que proíbe a venda e uso de armas de fogo no país e a que estabelece controles para os gastos das câmaras municipais deverão ser as primeiras matérias votadas pelos senadores. As prioridades de votação da Casa durante o período de convocação extraordinária foram decididas ontem, em reunião dos líderes partidários com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 3

Comissão aprova critérios para gastos com câmaras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer favorável a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos das câmaras municipais. O relator, senador Jefferson Péres, não fez ressalvas ao texto da Câmara. A PEC começa a ser apreciada hoje em plenário. Conforme a proposta, essas despesas variam de acordo com o número de habitantes da cidade.



PÁGINA 7

Proibição de arma de fogo é debatida em comissões

Substitutivo de Piva na CRE veda em todo o território nacional a concessão de autorização de porte de arma. Calheiros quer debate com a sociedade sobre o tema



Pedro Piva, relator da matéria na CRE, apresenta o relatório na reunião conjunta com a CCJ, no plenário

O senador Pedro Piva, relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE) de três projetos de lei destinados a proibir a venda de armas de fogo, apresentou ontem um substitutivo que proíbe em todo o território nacional a concessão de autorização de porte de armas. O texto só admite porte de arma de fogo a quem a lei reconhecer esse direito como inerente à função ou atividade que exercer, como os policiais. O substitutivo foi apresentado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Relações Exteriores, presidida pelo senador José Sarney, no plenário do Senado. Quinze senadores, entre eles o relator da proposta na CCJ, Renan Calheiros, discutiram a matéria durante a reunião.

PÁGINAS 4 E 5

Fundo contra miséria tem substitutivo na CCJ

PÁGINA 6

Ex-senador Paulo Torres morre aos 96 anos

Faleceu ontem em Brasília, aos 96 anos, o ex-senador Paulo Torres, que foi presidente do Senado entre 1973 e 1975. Paulo Torres foi governador do Rio de Janeiro entre 1964 e 1966, ano em que se elegeu como senador pelo estado, como membro da Arena, Aliança Renovadora Nacional. Em 1974, o ex-senador foi agraciado com o Colar da Ordem do Congresso Nacional, na qualidade de Grão-Mestre.

Paulo Torres nasceu em Cantagalo, no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1903. Ele ingressou na carreira militar, onde chegou à patente de marechal. Torres foi prefeito da cidade de Teresópolis, entre 1938 e 39, governador do Acre entre 1955 e 56, governador do Rio de Janeiro, e senador, entre 1967 e 1975, tendo assumido a presidência do Senado após a morte do senador Filinto Muller.

Ademir registra morte do jornalista Carlos Rocque

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou o falecimento do jornalista Carlos Rocque, ocorrido na segunda-feira, em Belém (PA), vítima de um ataque cardíaco. Escritor e historiador paraense, segundo Ademir Andrade Carlos Rocque era conhecido como o repórter da História:

— Sua história, entretanto, não cabe, nem resumidamente, neste pronunciamento que faço hoje, tamanha é a expressão do seu trabalho — disse, lembrando que o jornalista dedicou quase a vida toda a pesquisa sobre a história do estado do Pará.

De acordo com o senador pelo Pará, Carlos Rocque, que era membro da Academia Paraense de Letras, começou sua carreira profissional como jornalista em 1959, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, e na *Folha do Norte*, em Belém, em 1960. Um dos principais trabalhos do historiador, segundo Ademir Andrade, foi *A Grande Enciclopédia Amazônica*, publicada em 1967.

CAE vota empréstimo para custear reforma da Previdência

Recursos de US\$ 5 milhões do Banco Mundial serão aplicados em projeto para tornar mais eficiente o sistema de seguridade do país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, às 10h, mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para contratar operação de crédito, no valor de US\$ 5,05 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). De acordo com a mensagem, os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social.

Além dessa matéria, a CAE vota autorização para que a União reescale os débitos da República de Zâmbia junto ao Brasil, que somam US\$ 20,3 milhões. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), relator da matéria, é favorável à renegociação.

Em seu parecer, ele ressalta que a situação econômica de Zâmbia é marcada por um "elevado grau de endividamento e por uma baixíssima renda *per capita*". Afirmar também que a Se-

cretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria Geral da Fazenda analisaram os aspectos jurídicos da operação e concluíram pela legalidade da contratação pretendida.

A CAE examina também mensagem do Executivo contendo a programação monetária para o primeiro trimestre de 2000 e ofício do Banco Central com relatório sobre a operação em que trocou títulos financeiros do tipo Brady por um novo título do tipo Global.

Análise do Orçamento será iniciada amanhã, às 10h

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se reunirá amanhã, a partir das 10h, para iniciar a votação dos dez relatórios setoriais do Orçamento da União para 2000. A votação deveria ter ocorrido ontem, mas não houve *quorum* para deliberação.

Nove relatórios setoriais já estão disponíveis, faltando apenas o da área de infra-estrutura. Mais de seis mil emendas foram apresentadas individualmente por deputados e senado-

res, por bancadas estaduais e regionais, comissões permanentes da Câmara e do Senado e pelos próprios relatores. A aprovação dessas emendas representa um acréscimo de 0,003% sobre o total de dotações orçamentárias proposto inicialmente pelo Poder Executivo para os órgãos abrangidos pelos relatórios setoriais.

O projeto de lei orçamentária a ser votado pelo Congresso no período de convocação extraordinária, que se encerra no dia 14 de fevereiro, fixa

receitas no valor total de R\$ 229,21 bilhões e despesas de R\$ 200,75 bilhões, conforme o parecer preliminar do relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG). A comissão manteve, portanto, a política fiscal restritiva do Executivo, fixando um superávit de R\$ 28,46 bilhões, equivalentes a 2,65% do PIB estimado para 2000 (R\$ 1,07 trilhão).

De acordo com o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), após a votação dos documentos Carlos Melles deverá consolidar as propostas parciais e submetê-las aos plenários da comissão e do Congresso.

CCJ aprecia PEC que modifica forma de julgamento de magistrados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprecia hoje, às 10h, duas proposições oriundas do trabalho da CPI do Judiciário. A primeira delas é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que atribui ao Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar magistrados no caso de crime de res-



Paulo Souto, relator da CPI do Judiciário, é o autor dos dois projetos

ponsabilidade. A proposta é do senador Paulo Souto (PFL-BA), que foi relator da CPI. O segundo item é o projeto de lei, também de autoria do senador, que fixa os crimes de responsabilidade dos magistrados.

Atualmente, os juízes e desembargadores geralmente são julgados pelas instâncias superiores dos tribunais em que atuam, tanto nos crimes comuns como nos de responsabilidade. A natureza do crime de responsabilidade, ou

seja, infrações político-funcionais definidas pela Constituição, justifica, na opinião do senador, que o processo seja analisado pelo Supremo.

De acordo com Paulo Souto, seu objetivo ao apresentar o projeto que fixa os crimes de responsabilidade dos magistrados foi o de "ocupar um vazio legislativo", especialmente para a tipificação de condutas ilícitas e regulação do processo e julgamento de magistrados, a exemplo do que já existe em relação ao presidente da República, ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal (STF), que têm definidos os crimes de responsabilidade política.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h30 — Presidência sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Mensagem nº 133/99, que propõe sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento de débitos da República de Zâmbia para com a República do Brasil, no valor de US\$ 20,35 milhões com base na Ata de Entendimentos de 28.02.96 celebrado no âmbito do chamado "Clube de Paris"; *Ofício "S" nº 59/99, que encaminha ao Senado relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pelo Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional; e Primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 15A/98, que reduz os gastos das prefeituras com as câmaras municipais.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Mensagem nº 133/99, que propõe sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento de débitos da República de Zâmbia para a República do Brasil, no valor de US\$ 20,35 milhões com base na Ata de Entendimentos de 28.02.96, celebrada no âmbito do chamado "Clube de Paris"; *Ofício "S" nº 59/99, que encaminha ao Senado relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pelo Banco Central, na qualidade de agente do Tesouro Nacional; *Mensagem nº 1/2000, que encaminha ao Senado a programação monetária para o primeiro trimestre de 2000; e *Mensagem nº 3/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões entre o Brasil e o Banco Mundial destinada ao financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 92/99, que acrescenta alínea ao inciso I do artigo 102 da Constituição para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juizes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais; e *PLS nº 687/99, que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei 2848/40 — Código Penal, a Lei nº 8429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, para tipificar novas condutas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quinta-Feira
10h — Agenda em aberto

Sexta-Feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães

Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Dutra, Jader, ACM, Arruda, Machado, Porto, Quintanilha e Napoleão discutem pauta da convocação

ACM acerta com líderes prioridades para votação

Proibição da venda e uso de armas de fogo no país e limite dos gastos das câmaras municipais serão apreciados pelos senadores

A proposta que proíbe a venda e uso de armas de fogo no país e a que estabelece controles para os gastos das câmaras municipais deverão ser as primeiras matérias votadas pelos senadores. As prioridades de votação da Casa durante o período de convocação extraordinária foram decididas ontem em reunião dos líderes partidários com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

De acordo com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, “o encontro do pre-

sidente Antonio Carlos com os líderes partidários permitiu estabelecer um consenso sobre matérias prioritárias para votação”. O Senado dará atenção inicial à tramitação e preparação para votação, pelo plenário, dos projetos que estão na Casa. Além da proibição de venda de armas de fogo e do controle de gastos das câmaras de vereadores, ganhou prioridade para votação a proposta que cria o fundo para erradicação da pobreza.

Arruda informou que, em função

desse consenso, as lideranças esperam votar ainda esta semana a proibição de venda de armas e na próxima semana a emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores.

Participaram da reunião com o presidente Antonio Carlos Magalhães os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Hugo Napoleão (PFL-PI), Sérgio Machado (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Arlindo Porto (PTB-MG), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e José Roberto Arruda.

Dutra diz que dois projetos são consensuais

Após reunião das lideranças com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), afirmou que o projeto que proíbe a venda de armas de fogo em todo o país e a emenda constitucional limitando os gastos com as câmaras de vereadores são consensuais entre as lideranças do go-

verno e da oposição.

Com relação à proposta de criação do Fundo de Combate à Pobreza, que começou a ser analisada ontem pela CCJ, José Eduardo Dutra informou que há um consenso em torno do tema, mas não existe um consenso da matéria como um todo. Por isso acredita que o projeto não deverá ser votado esta semana, já

que haverá apresentação de emendas.

José Eduardo Dutra voltou a criticar a convocação extraordinária do Congresso. A seu ver, as matérias constantes da pauta poderiam muito bem ser apreciadas e votadas a partir de fevereiro. “Mas já que fomos convocados, temos a obrigação de votar as matérias da pauta”, observou o senador.

Senado cumprirá toda a pauta, afirma presidente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que a Casa deverá cumprir toda a pauta da convocação extraordinária. Ele acredita que, no caso dos projetos que deverão vir da Câmara dos Deputados, o objetivo de votar todos poderá ser “mais complicado”.

A partir da reunião que promoveu ontem com os líderes partidários do Senado, Antonio Carlos pretende iniciar o processo de votações. Alguns projetos já estão em condições de serem submetidos ao plenário, acrescentou, citando como exemplos a proposta do ex-senador Esperidião Amin que limita gastos das câmaras municipais, a emenda constitucional que cria o Fundo de Combate à Pobreza e projetos gerados pelos trabalhos das CPIs do Judiciário e do Sis-

tema Financeiro.

Antonio Carlos destacou, ainda, que no encontro da última segunda-feira com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, dois pontos ficaram claros em relação à emenda constitucional sobre a edição de medidas provisórias. De um lado, ambos “gostariam” de votar a proposta do modo como foi aprovada pelo Senado. De outro, ambos concordaram em colocar o projeto em votação com a “segurança dos 308 votos necessários para sua aprovação”.

Sobre eventuais mudanças no texto, conforme pretende o governo, Antonio Carlos reafirmou sua oposição, mas destacou que “Senado e Câmara são casas políticas e em política há que se transigir, quando necessário”. Ele manifestou expectativa de que a

matéria seja votada ainda durante a convocação extraordinária.

DIVERGÊNCIAS

O senador disse desconhecer qualquer possibilidade de o ministro da Defesa, Elcio Alvares, deixar o governo, mas reafirmou que “essa é uma questão do presidente da República e do ministro”:

— Quem admite e demite ministro é o presidente — destacou.

A respeito de uma eventual “briga política” com o presidente Fernando Henrique Cardoso, comentada pela mídia, Antonio Carlos negou a “briga” e admitiu apenas “eventuais divergências”.

A identidade de posições do presidente do Senado com algumas teses defendidas pela oposição foi considerada “natural” por Antonio Carlos, que destacou a preocupação de atuar na direção da Casa com “bom senso, procurando navegar em um mar democrático que tem governo e oposição”.

Suassuna teme que opinião pública não entenda convocação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou ontem preocupação com as críticas da imprensa e da opinião pública à convocação extraordinária do Congresso. “Estamos sendo atacados como se a iniciativa da convocação tivesse sido nossa, além de sermos criticados por receber ajuda de custo. Quem está de férias e vai trabalhar não merece receber?”, indagou.

Para Suassuna, foi o interesse do governo na aprovação do projeto de Desvinculação das Receitas da União (o antigo FEF) que levou o governo a convocar o Congresso. “Ele precisa dessa desvinculação de 20% do Orçamento, porque tem projetos como o Avança Brasil, que dependem desses recursos. Como o Congresso aprovou a implementação desses projetos, precisamos aprovar o DRU”, lembrou.

O senador pela Paraíba mostrou-se preocupado também com a extensa pauta da convocação extraordinária. “A maioria desses projetos foi incluída para ganhar tempo regimental, não para ser votada. Depois seremos criticados por

não votarmos todos os itens. O presidente nos convoca e nós levamos as pancadas”, protestou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a solução para as segundas convocações extraordinárias talvez seja a substituição dos três meses de recesso por 30 dias de férias, como acontece com qualquer assalariado.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, mesmo com três meses de recesso, o Parlamento brasileiro é um dos que mais se reúne no mundo. “As convocações sucessivas se devem, muitas vezes, à reedição de medidas provisórias que implicam na convocação do Congresso cinco dias depois. É o caso da presente”, lembrou.

Ao concluir seu pronunciamento, Suassuna se congratulou com os nordestinos pelo início das chuvas. “Finalmente começou a chover na região, inclusive na Paraíba. Mas, como é ruim ser pobre: antes pedíamos chuva, agora estamos pedindo ajuda para a produção, porque precisamos de sementes, implementos e crédito bancário.”



Senador Ney Suassuna cantou parabéns e distribuiu bolo pela reedição (a 73ª) de uma medida provisória, como já havia feito há três anos

Senador canta “Parabéns, MP”

Ney Suassuna celebrou ontem seis anos de vigência da Medida Provisória 1.995/73, reeditada pela 73ª vez no dia 14 de dezembro. Suassuna reuniu a imprensa no cafezinho do Plenário e ofereceu uma torta de abacaxi, depois de apagar velinhas e puxar um *Parabéns Pra Você*.

Conforme o senador, a celebração teve como objetivo chamar a atenção para a prática equivocada da sucessiva reedição de medidas provisórias. Há três anos, ele havia organizado comemoração semelhante para lembrar os três anos de vigência da mesma MP, que organiza e disciplina os sistemas de planejamento e

de orçamento federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo.

Para o senador, não é correto que o governo, tendo maioria no Congresso, deixe uma medida tanto tempo sem ser aprovada. Por outro lado, disse, o Congresso também erra ao não apreciar uma série de MPs, permitindo que o governo reedite MPs por anos a fio:

— O Executivo acaba legislando mais que o próprio Legislativo — disse Suassuna. Conforme o senador, a MP 1.995/73 foi escolhida por ser a mais antiga em vigência, mas há várias outras na mesma situação.

Substitutivo proíbe porte de armas no país

Texto apresentado pelo senador Pedro Piva em reunião conjunta da CRE e da CCJ só admite direito a oficiais das Forças Armadas, policiais, agentes de segurança, juízes e membros do Ministério Público

Relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) de três projetos de lei destinados a proibir a venda de armas de fogo e, conseqüentemente, reduzir os índices nacionais de violência, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou ontem substitutivo que proíbe em todo o território nacional a concessão de autorização de porte de armas. O mesmo substitutivo dispõe que só será admitido porte de arma de fogo a quem a lei reconhecer esse direito como inerente à função ou atividade que exercer.

Pedro Piva propôs esse substitutivo no lugar do Projeto 292/99, apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) para regulamentar a fabricação, o depósito, trânsito e o porte de arma de fogo. E propôs o arquivamento dos Projetos 386/99, de Djalma Falcão (PMDB-AL), que estabelece critérios para o porte de armas, e 614/99, de José Roberto Arruda (PSDB-DF), que proíbe a venda dessas armas e da munição nelas utilizada, em todo o território nacional.

Pedindo ao plenário que não tome decisões sobre esse assunto precipitadamente, Pedro Piva resumiu seu parecer no entendimento contrário ao

porte de arma usufruído, por exemplo, por cidadãos que as carregam no automóvel para defender-se da violência no trânsito. Mas defendeu a posse como concessão do Estado a pessoas que cumprem função institucional específica, como os oficiais das Forças Armadas, policiais, agentes de segurança, juízes e membros do Ministério Público.

Para Pedro Piva, a proibição de concessão de autorização de porte permitirá a separação do joio do trigo. "Aqueles que publicamente portassem armas estariam indubitavelmente praticando crime cominado na Lei 9437/97 e com base nela seriam punidos", argumentou ele, excetuando os cidadãos a quem a lei reconhece o porte de arma como inerente à função

Para justificar seu substitutivo, Piva alegou, entre outras coisas, que o projeto de Camata incidia em vícios de avaliação, visto que sugeria o desarmamento do cidadão comum que adquire sua arma após o necessário registro, guardando-a em casa para exercer seu inalienável direito de defesa. "Será justo tirar-lhe até essa última esperança? Tanto ele tem esse direito que a lei penal reconhece-lhe



Na reunião conjunta realizada ontem pela CRE e pela CCJ, Piva recomendou prudência na discussão do assunto



a condição de legítima defesa se o fizer", argumentou Piva.

O senador também questionou o que o Estado tem feito para dar segurança ao cidadão comum. "Tem retirado de circulação as armas que estão em mãos criminosas, em quantidade cada vez maior, cada vez mais poderosas e ameaçadoras para toda a sociedade, fruto principalmente do contrabando e do descaminho?", in-

dagou ele. Para Piva, os bandidos continuam adquirindo essas armas em qualquer esquina, "com o beneplácito de um Estado omissivo e incapaz".

Na discussão da proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de realizar audiência pública sobre as propostas, Pedro Piva (PSDB-SP) concordou que, por corresponder à instituição de uma

espécie de "lei seca das armas", o projeto exige muitos cuidados.

Ele concordou que a matéria é importante, mas observou que "a violência que grassa no país pode ser eliminada por decreto". O senador também concordou com a sugestão de que a matéria deve diferenciar porte de posse de arma, proibindo o porte e abrindo exceções para assegurar a posse legal em casos determinados.

ADEMIR
ANDRADE



Mais eficaz seria melhorar as condições de vida dos brasileiros

"Como o seringueiro vai se defender das onças?", perguntou o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Para ele, o Senado não pode aprovar apressadamente um projeto tão complexo. "É preciso discutir muito mais e apresentar alternativas", argumentou.

Para Ademir, quem vive na mata precisa de uma espingarda. "Não para atacar, mas para assegurar a sobrevivência. Além disso, preocupo-me com as pessoas assassinadas por pistoleiros, grileiros e fazendeiros em função de disputa de terras, com promotores e juízes que enfrentam mandantes e pistoleiros nas salas de júri. Como irão proteger suas vidas?", perguntou.

Na opinião dele, melhor que desarmar o cidadão comum, seria melhorar as condições de vida dos brasileiros, assegurando justiça social: "Os índices de criminalidade iriam baixar bastante, porque a miséria e a injustiça são fatores relevantes na onda de violência que o país vive."

ROMEU
TUMA



Cidadãos comuns não podem ser autorizados a andar armados

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou-se contrário à possibilidade de o cidadão comum andar armado. "Ele não está habilitado a usá-la com a devida cautela e eficiência. Mesmo como policial, eu nunca andei armado, a não ser quando participava de uma operação onde o risco de troca de tiros era evidente."

O parlamentar paulista argumentou, porém, que o aparato policial no Brasil mostrou-se incompetente em coibir o contrabando de armas.

— Muitos crimes são cometidos com AR-15, submetralhadoras e armas automáticas de fabricação estrangeira que entram livremente no país. Quando a União Soviética se desmantelou, armas oficiais migraram para o crime organizado e agora estão chegando até aqui. Para exigir que o cidadão não se arme, é preciso que o Estado garanta sua segurança e não é isso o que acontece no Brasil de hoje — disse o senador Romeu Tuma.

LÚDIO
COELHO



Tema requer mais estudos e deve ser votado na sessão legislativa normal

Não há um diagnóstico exato sobre a comercialização de armas no país e o assunto exige estudos mais aprofundados, afirmou o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), para quem a votação do projeto que proíbe a comercialização de armas em todo o território nacional não deveria constar da pauta da convocação extraordinária e, sim, ser submetido à apreciação do plenário mais adiante, na sessão legislativa normal.

O senador disse que não são as armas que matam, mas sim aqueles que as empunham. Assim, na sua opinião, proibir o uso de armas "seria como acabar com a prostituição acabando com as camas".

Por essa lógica, Lúdio Coelho acredita que o projeto não basta para combater a criminalidade, um problema social, segundo ele, complexo e de múltiplas causas, que não podem ser reduzidas aos eventuais abusos hoje existentes na utilização de armas.

GERSON
CAMATA



Estado tem que cumprir seu dever e dar segurança à população

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu a discussão do que seria importante para garantir a segurança do cidadão, incluindo o papel das Forças Armadas no controle de armas no país.

Gerson Camata também questionou a proibição do uso de armas pelo cidadão, quando os bandidos continuam armados.

— O governo cobra a carga tributária mais pesada do mundo, mas se o cidadão precisar de atendimento médico-hospitalar terá que procurar um plano privado de saúde para ter um atendimento decente. Se o cidadão precisar de segurança, tem que ser rico para contratar segurança privada e poder instalar sistemas de vigilância eletrônicos em sua casa. Se precisar de educação para os seus filhos, terá fatalmente que matriculá-los numa escola particular se quiser que tenham de fato uma boa formação — afirmou o senador.

ARTUR DA
TÁVOLA



Somente uma medida radical poderá levar ao fim da violência

Para o senador Artur da Távola (RJ), se a sociedade não tomar uma iniciativa radical, violência jamais terá solução. Ele pregou a criação de outro modelo social e afirmou: "Se queremos uma sociedade desarmada, é preciso começar um dia." Para o parlamentar, "a arma é a droga com pólvora e está inserida no coração da tragédia social brasileira".

Ele admitiu que não será uma medida tópica que vai resolver um problema dessa gravidade, mas sustentou que a sociedade tem que agir.

Ele prega a proibição da venda, da fabricação de armas e do porte para quem não esteja autorizado.

Artur da Távola reconheceu que, possivelmente num primeiro momento, aqueles que entregarem suas armas poderão ter uma pequena derrota. Mas depois, a proibição do porte de arma propiciará ao organismo policial mais um instrumento de proteção da sociedade.

RENAN
CALHEIROS

Audiência pública irá permitir o aprofundamento do debate

Relator na CCJ do projeto de lei da Câmara que proíbe o comércio e posse de armas, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) encaminhou requerimento para a realização de uma audiência pública conjunta amanhã para que sejam ouvidas todas as partes interessadas no assunto, como o diretor da Polícia Federal e representantes da OAB, da CNBB e do Viva Rio, além dos fabricantes nacionais de armas e munições.

Calheiros chamou a atenção para o fato de algumas pessoas, equivocadamente, entenderem que andar armado significa andar protegido. “Temos estatísticas que demonstram exatamente o contrário”, disse, explicando que 96% das pessoas armadas que reagem a assaltos morrem.

Ele considerou louvável que o Senado não esteja disposto a aprovar precipitadamente a proibição da venda de armas e afirmou que a audiência pública permitirá aprofundar o debate e o entendimento do tema. Ele considerou importante levar em conta as peculiaridades do país e afirmou que, para essa lei ter eficácia, é preciso que seja flexibilizada. “É preciso fazer algumas adaptações”, sugeriu.

NEY
SUASSUNA

Desarmamento pode trazer problemas nas cidades do interior

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que “votará sim ao projeto, mas com preocupação”. Ele argumenta que a falta de armas em fazendas, ou nas pequenas cidades do interior, pode gerar problemas. “Todos sabemos que a segurança policial não chega à zona rural”, afirmou.

“Estamos exagerando ao proibir cabalmente o porte, a venda e até a posse de armas de fogo”, ponderou Suassuna. Ele lembrou que, na investigação de muitos crimes, chega-se à conclusão de que foi a polícia que vendeu as armas aos bandidos. “Então eu me pergunto quem vai defender o cidadão”, concluiu.

JOSÉ
ROBERTO
ARRUDA

O que está de fato em questão é o modelo de sociedade desejado

Mais do que o debate sobre a proibição ou não do uso de armas de fogo, o Senado está discutindo o modelo de sociedade que os brasileiros desejam construir, observou José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao defender a proposta de realização de audiência pública para discutir a proibição da posse e da venda de armas de fogo.

Ao dizer que mesmo as sociedades mais competitivas e violentas, como a norte-americana, estão limitando o uso de armas depois de experiências dolorosas como os crimes cometidos por menores em escolas, Arruda destacou que as estatísticas demonstram que, no estado de São Paulo, mais de 60% dos homicídios são cometidos por motivos banais e por pessoas que até o momento do crime eram consideradas cidadãos de bem e que compraram as suas armas legalmente.

— A sociedade brasileira está cada vez mais violenta. Desejamos ou não transformá-la radicalmente e construir as bases legais para uma sociedade que tenha um convívio pacífico? Trata-se de discutir uma modificação cultural da maior importância— resumiu José Roberto Arruda.

JEFFERSON
PÉRES

Não se pode ignorar a realidade da Amazônia e do Brasil agrário

Na reunião conjunta da CRE e da CCJ em que foi discutida a proibição de armas de fogo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) alertou os parlamentares para a situação de quem tem arma na área rural. “Não concebo o amazônico sem arma de fogo”, argumentou ele. Conforme o parlamentar, os três projetos em exame, apesar das boas intenções, foram feitos pensando-se apenas no Brasil urbano.

“Ignoraram seus autores a realidade do Brasil rural”, afirmou Jefferson, observando que, na Amazônia, a espingarda defende o caboclo contra feras e malfeitores, sendo também instrumento de trabalho usado na caça de subsistência, que é autorizada em

lei. “Como ficarão os proprietários rurais do país?”, indagou ele.

Segundo o parlamentar, esses normalmente são homens pacatos, obedientes à lei e que, com a aprovação de projeto proibindo armas de fogo, serão os primeiros a entregar ao poder público seus instrumentos de defesa. Com isso, pensa o senador, “vai ser uma tranquilidade assaltar uma fazenda”. Para Jefferson Péres, o ideal é proibir-se o porte de arma apenas nas cidades, diferenciando-se a área rural.

ROMERO
JUCÁ

Idéia só funciona em nações que têm órgãos de segurança pública eficientes

Segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), os projetos de proibição de comercialização, porte e posse de armas de fogo são todos urbanos. “É preciso elaborar uma proposta que atenda a todos os Brasis. Como o homem de Roraima e o pescador do Acre, trabalhando de dia ou de noite, vão se defender dos perigos da Natureza?”

Jucá argumentou que proibição de armas somente pode funcionar em países onde a polícia e os órgãos de segurança são confiáveis e eficientes para proteger todos os cidadãos. “Não é o caso do Brasil. Todos sabem que a polícia é mal aparelhada, não dispõe de detector de metais nem de armas adequadas. Além disso, o setor de segurança pública sequer chega às pequenas cidades do interior”, concluiu.

AGNELO
ALVES

Leis em vigor dão os meios suficientes para o combate à criminalidade

Convicto de que o país conta com legislação suficiente para o combate à criminalidade, Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que falta vontade política para garantir o cumprimento das leis e que a simples proibição de comercialização de armas no país desarmará apenas um dos lados: aquele que compra armas legalmente para se defender de ataques criminosos.

O outro lado, dos criminosos, continuará fazendo o que já faz: comercializar armas de última geração no mercado paralelo do crime, afir-

mou o senador, durante discussão da matéria. Quanto ao aumento da criminalidade, ele destacou o paradoxo de o país enviar tropas do Exército para policiar as ruas do Timor Leste e não policiar as ruas brasileiras.

JOSÉ
FOGAÇA

Comissões podem se reunir mas devem votar o assunto separadamente

O senador José Fogaça (PMDB-RS) levantou questão de ordem sobre a realização de reuniões conjuntas das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores (CRE). Segundo o senador, os relatores Renan Calheiros, pela CCJ, e Pedro Piva, pela CRE, parecem ter posições contrárias em relação à comercialização, ao porte e à posse de armas no país. Para Fogaça, seria necessário que se mantivesse apenas um relator ou que as comissões realizassem reuniões separadas, cada uma com parecer próprio.

O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), esclareceu a questão de ordem levantada por Fogaça, explicando que a reunião é conjunta, mas a votação dos pareceres é separada e cada comissão tem o seu resultado independente. Fogaça também assinalou a necessidade de convidar para a audiência pública um jurista que possa dissecar juridicamente as diversas situações que podem ser criadas com a aprovação dos projetos.

ROBERTO
REQUIÃO

Medida proposta é irracional e lembra a Lei Seca que vigora nos anos 20

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acredita que os projetos de lei que proíbem a comercialização, o porte e a posse de armas no país, são uma “proposta de pânico” e têm semelhança com a Lei Seca adotada pelos Estados Unidos na década de 20. Para o senador, a discussão em torno do assunto é “absolutamente irracional”, como foi a discussão sobre castração de cães, e lembrou que a Lei Seca nos Estados Unidos e, mais recentemente, na Rússia deu espaço para o surgimento das máfias. “A Lei Seca caiu e as máfias continua-

ram. Por que não discutimos também a castração de papagaios e pombas que transmitem doenças?”, questionou.

Requião assinalou que as armas utilizadas pelos criminosos já são proibidas hoje, pois são armamento de calibres não fabricados no Brasil e de uso exclusivo das Forças Armadas. Para o senador, proibir um cidadão que mora em local isolado de ter uma arma equívale a condená-lo ao assalto.

ROBERTO
FREIRE

Pernambuco é exemplo de que a experiência pode ser bem-sucedida

O exemplo de Pernambuco, em que o índice de criminalidade e violência na Zona da Mata sul, antes elevadíssimo, baixou quase a zero depois que o então governador Miguel Arraes impediu o uso de armas na região, foi lembrado ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) ao se posicionar a favor da proibição de armas de fogo no país.

Freire observou que muitos crimes são cometidos por pessoas sem propensão à criminalidade que se encontram armadas em momento de emoção. O senador considerou que as propostas precisam ser bem debatidas, definindo-se questões como o porte de armas por fazendeiros ou por caboclos da Amazônia que caçam para sobreviver.

HELOÍSA
HELENA

Alcoolismo também é um fator de elevação do número de crimes

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostram que um cidadão comum pode se transformar em assassino potencial depois de ingerir seis latinhas de cerveja. A advertência foi feita por Heloísa Helena (PT-AL), para quem a propagação de bebidas também deve ser debatida, pois é clara a relação entre alcoolismo e criminalidade.

A favor das restrições ao uso de armas, Heloísa espera que se promova amplo debate antes da votação da matéria para que não se aprove medida demagógica ou que traga efeitos colaterais, como o estímulo ao tráfico de armas. Ela defendeu uma análise das estatísticas para saber que tipos de armas matam no país e se as leis em vigor seriam suficientes para coibir a violência.

Apresentado substitutivo para combater a pobreza

Texto sugerido por Lúcio Alcântara reúne dispositivos constantes tanto na proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães como na proposição da comissão que estudou formas de erradicar a miséria do país

Em parecer apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ofereceu substitutivo à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate à Pobreza. Alcântara acatou parte da proposta, que tramita em conjunto com proposição semelhante da comissão mista especial que estudou medidas para combater a pobreza no Brasil.

— A PEC nº 96 (da comissão) contém dispositivos que aperfeiçoam a redação da PEC nº 67 (do senador baiano), notadamente aqueles que se referem à possibilidade de criação de fundos estaduais e municipais e à definição da relação de fontes provedoras. Optei, em consequência, pela apresentação de um substitutivo que consolidasse as melhores soluções presentes em ambas as propostas — explicou Alcântara.

O senador identificou “três diferenças fundamentais” entre a proposta de Antonio Carlos e a da comissão especial. Alcântara preferiu excluir percentual do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), parte integrante da proposta do senador baiano, como uma das fontes



No entender de Alcântara, “falta apenas vontade política” para acabar com a pobreza no Brasil

de recursos do Fundo de Combate à Pobreza. Em seu lugar, o relator adotou sugestão da comissão especial de estender a cobrança de alíquota de 0,08 % sobre movimentações financeiras pelo prazo de dez anos.

— Trata-se de uma fonte de recursos considerável, capaz de compensar parcialmente a retirada de recursos do FEF (hoje denominado DRU — Desvinculação de Recursos Orçamentários da União). Além disso, por já se encontrar em vigor a alíquota adicional de 0,08%, os efeitos deletérios da medida já se fizeram sentir sobre

a atividade econômica — justifica ele.

Lúcio Alcântara considera positiva a possibilidade de constituição de fundos da mesma natureza nos estados e municípios, como propôs a comissão especial, que foi presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Os aspectos operacionais e administrativos dos fundos devem, na opinião do relator, ser definidos quando da regulamentação da emenda constitucional.

Para Alcântara, a desigualdade na distribuição de renda no país é responsável pelos elevados índices de pobreza e miséria existentes, que apontam para a existência de 54 milhões de pobres em território brasileiro. O Brasil, afirma Alcântara, pelas suas potencialidades, poderia erradicar a pobreza em pouco tempo, “faltando, apenas, vontade política para isso”.

— O povo brasileiro não é pobre por falta de riquezas no país e sim pela desigualdade absurda e renitente que aqui vigora. Hoje alcançamos o consenso de que a resolução do problema exige a operação de mecanismos políticos que rompam, na sua raiz, os determinantes dessa desigualdade — argumenta Alcântara.



Na reunião de ontem da CCJ, alguns senadores questionaram aspectos constitucionais da PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza

Agripino concede vista para análise da matéria

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias úteis para que seja melhor analisada a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate à Pobreza. Na reunião de ontem, a CCJ também decidiu que a PEC tramitará em conjunto com a PEC apresentada pela comissão mista especial que estudou propostas para combater a pobreza.

Primeiro item da pauta da comissão, o relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável à PEC na forma de substitutivo, foi apresentado aos senadores e colocado em dis-

cussão. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) levantou dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta, já que a vinculação de recursos orçamentários, como definido na PEC, é vedada pelo artigo 167 da Constituição.

Depois de intervenção do senador Roberto Freire (PPS-PE), contrário à proposta, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou o pedido de vista, que levou Agripino a suspender a discussão da PEC. Em seguida, como relator, Alcântara se disse disposto a dialogar o máximo possível para aperfeiçoar o parecer e o substitutivo.

A matéria deverá ser votada pela CCJ na próxima reunião, marcada para o dia 18. Caso seja aprovada, a proposta segue para a votação em dois turnos no plenário para, em se-

guida, ser enviada à apreciação da Câmara.

O presidente da CCJ também acatou sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que a última versão do relatório final da comissão especial seja distribuída a todos os membros da comissão como forma de subsidiar o debate. Para Suplicy, o relatório da comissão especial, além das contribuições do relator, deputado Roberto Brant (PFL-MG), traz propostas e considerações de outros parlamentares que podem ser importantes “para que uma decisão responsável seja tomada”. O presidente da comissão especial, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), anunciou que todos os parlamentares estarão recebendo o relatório final até hoje.

Roberto Freire considera demagógica a criação do fundo contra a miséria

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate à Pobreza, é um “instrumento evidentemente demagógico” e um “retrocesso” na concepção da administração de recursos públicos.



Roberto Freire acredita que a proposta “empobrece a sociedade, em vez de enriquecer o Estado”

— Não importa

a origem, de onde veio. Não se está discutindo seriamente a pobreza. Isto aqui é o samba do crioulo doido — afirmou Freire, durante a discussão da matéria na reunião realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o senador por Pernambuco, a proposta não leva em consideração a realidade da economia do país, que vem aumentando “indiscriminadamente” os impostos. Ele ressaltou que todas as propostas de reforma tributária têm a finalidade de reduzir os impostos sobre a produção, enquanto o fundo eleva a carga tributária atual.

Além disso, Freire considera que o Fundo de Combate à Pobreza, como

proposto, retira dinheiro de setores fundamentais, como os estados, os municípios e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem como função investir no desenvolvimento e na geração de emprego no país.

— Estamos, com essa proposta, empobrecendo a

sociedade, pensando que estamos enriquecendo o Estado. Mais uma vez, vamos centralizar em um fundo federal ações que deveriam estar nas mãos dos estados — criticou Freire, que também levantou dúvidas sobre a efetiva destinação de recursos.

José Alencar (PMDB-MG) alertou para o fato de a PEC ter como base o sistema tributário nacional, que encontra-se em reforma. Para ele, a criação de um fundo de combate à pobreza deveria ser feita com base em um novo regime tributário.

— Corremos o risco de criar algo sobre o regime tributário vigente, que pode ser radicalmente modificado pelo Congresso Nacional — ponderou o senador por Minas Gerais.

Antonio Carlos garante que emenda será aprovada até o fim da convocação

Na avaliação do presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, a proposta de emenda constitucional que institui o Fundo de Combate à Pobreza será votada na comissão até a semana que vem e aprovada até o final da convocação extraordinária.

— Com certeza absoluta, o fundo será votado — garantiu ontem o parlamentar.

Ele acrescentou que qualquer sugestão de aprimoramento da matéria “será bem-vinda”.

— O Fundo de Combate à Pobreza é uma fusão de duas propostas. A proposta inicial já era boa. Acho que vai se marchar por aí — completou Antonio Carlos Magalhães.



Conforme Antonio Carlos, qualquer sugestão de aprimoramento da proposta “será bem-vinda”

Tuma propõe voto de pesar pela morte de Blota Júnior

O plenário do Senado aprovou ontem a inserção em Ata de voto de profundo pesar pela morte do apresentador de tevê e ex-deputado federal José Blota Júnior, em concordância com requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O senador pretendia que o registro também se referisse à morte de J. Silvestre, mas dispositivos regimentais limitam a inserção oficial em Ata apenas a ex-membros do Congresso Nacional.

Na justificativa do requerimento, Tuma abordou a importância de Blota Jr. e J. Silvestre, pioneiros que apresentaram programas de auditório famosos desde a década de 50 e que se mantiveram na televisão até praticamente o fim de suas vidas.

No caso de Blota Jr., o senador destacou também as funções políticas desempenhadas por ele desde 1954, quando se elegeu deputado estadual em São Paulo, até 1981, quando deixou o cargo de secretário estadual das Comunicações no governo Paulo Maluf para dedicar-se exclusivamente à televisão.

Mauro lamenta falecimento da irmã de Joaquim Roriz

A professora Íris Luiza Roriz Solano, além de exercer, com zelo e competência, o cargo de Conselheira de Administração da Companhia de Eletricidade de Brasília, foi exemplar mãe de família, disse o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao lamentar a morte da irmã do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, falecida no dia primeiro deste mês, atingida pelo rotor do helicóptero em que acabara de desembarcar: — Dona Íris foi, sem nenhuma dúvida, uma pessoa de extremada dedicação à família e à assistência aos mais pobres — disse o senador. Mauro Miranda enviou à família, especialmente ao jornalista Luiz Solano, marido de Íris, e aos filhos Gilberto, Andréia e André, além de ao governador Roriz, votos de pesar pela morte da professora.

CCJ aprova emendas da Câmara à PEC que limita gastos com vereadores

Parecer do senador Jefferson Péres é favorável às alterações realizadas no texto pelos deputados porque, segundo ele, elas introduziram aperfeiçoamentos na proposta

Com base em relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos das câmaras municipais. Jefferson não fez ressalvas ao texto egresso da Câmara. A PEC começa a ser apreciada em plenário já a partir de hoje:

—As modificações introduzidas pela Câmara merecem ser integralmente acolhidas, pois entendemos que houve aperfeiçoamento — argumentou o relator.

A proposta da Câmara reduz de seis para quatro os percentuais de gastos com o Poder Legislativo municipal, que variam de acordo com o número de habitantes da cidade (*veja tabela ao lado*). Os deputados também decidiram estabelecer que o prefeito incorrerá em crime de responsabilidade caso repasse valor superior ou inferior

Proposta aprovada pelo Senado	
População	% para Legislativo*
Até 10 mil	8%
De 10 mil a 50 mil	7%
De 50 mil a 100 mil	6%
De 100 mil a 500 mil	5%
De 500 mil a 1 milhão	4%
Acima de 1 milhão	3%

* Percentual do orçamento municipal

Proposta aprovada pela Câmara	
População	% para Legislativo*
Até 100 mil	8%
De 100 mil a 300 mil	7%
De 300 mil a 500 mil	6%
Acima de 500 mil	5%

ao estabelecido ou caso atrase o envio do dinheiro à câmara municipal.

Segundo a PEC aprovada pelos deputados, os vereadores também terão seus subsídios limitados em seis níveis de acordo com a população do município. Os vereadores de cidades com até dez mil habitantes receberão, no

máximo, 20% do que recebe o deputado estadual; no outro extremo, aqueles que atuam em cidades com mais de 500 mil habitantes, até 65% da remuneração do parlamentar estadual.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Romero Jucá (PSDB-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) vota-

ram contra o parecer de Jefferson Péres e os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) abstiveram-se. Freire anunciou que, durante a discussão em plenário, irá apresentar emendas para que a redação original aprovada pelo Senado seja mantida.

Plenário inicia debate sobre a proposta

A proposta de emenda constitucional que reduz os percentuais de gastos das prefeituras com as câmaras municipais começa a ser discutida em plenário hoje. O texto que será apreciado pelos senadores contém alterações feitas pela Câmara na proposta original de autoria do então senador Esperidião Amin e deverá ser submetido a discussão em primeiro turno por mais quatro dias. Após esse período, será votado em primeiro turno.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na manhã de ontem. À tarde, os senadores aprovaram requerimento do relator da emenda, senador Jefferson Péres (PDT-AM), e dispensaram os chamados interstícios regimentais, possibilitando que a emenda entrasse na pauta ainda esta semana.

A Ordem do Dia de hoje também prevê reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE). A CCJ discute projetos que tratam de crimes praticados por magistrados, enquanto a CAE deve apreciar três matérias, incluindo mensagem do Executivo contendo a programação monetária para o primeiro trimestre de 2000 e ofício do Banco Central contendo relatório sobre a troca de títulos internacionais do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pela instituição.



Roberto Freire

Freire tenta incluir PEC sobre saúde na convocação

O PPS deverá apresentar requerimento à Mesa para que seja incluída, na pauta da convocação extraordinária, proposta de emenda constitucional que estabelece vinculação de recursos orçamentários para a área da saúde (a PEC nº 86), conforme anúncio feito pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados, a proposta conta com mobilização de apoio de várias entidades ligadas à prestação de serviços de saúde, disse ele.

Antonio Carlos Magalhães, na presidência dos trabalhos, disse que o requerimento não poderia ser votado durante a convocação por ferir dispositivo constitucional, de modo que o pedido de Roberto Freire só poderia ser atendido a partir de 15 de fevereiro, quando se iniciará a nova sessão legislativa.

Jefferson vê golpismo na discussão sobre a adoção do parlamentarismo

A proposta do secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, de que seja aberto um debate no Congresso Nacional sobre a adoção do sistema parlamentarista de governo no Brasil, foi classificada ontem como "golpismo" pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM):

— Qualquer tentativa de ressuscitar o sistema parlamentarista, ao arrepio da expressa vontade popular, tão somente para satisfazer as ansiedades da coalizão governante frente a uma crise sucessória detonada pela impossibilidade de reeleger de novo o presidente, qualquer tentativa nesse sentido, repito, não conseguirá disfarçar o bolorento odor do golpismo que por tanto tempo contaminou tragi-



Jefferson lembrou que parlamentarismo já foi rejeitado duas vezes

camente a proposta do parlamentarismo e cobriu de incompreensão e desconfiança a reta e pura intenção de seus propugnadores mais sinceros — afirmou o senador.

Jefferson lembrou que é um parlamentarista convicto e que, nas duas oportunidades em que o povo brasileiro foi chamado a se pronunciar (em 1963 e 1993), "a proposta parlamentarista recebeu um sonoro e inequívoco não". Para o senador, os piores adversários do parlamentarismo não são os políticos que defendem abertamente o presidencialismo, mas os "parlamentaristas de resultados", que vêm na mudança de sistema apenas um atalho para garantir suas pretensões continuístas.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), em aparte, destacou a inoportunidade do assunto num momento em que o país tem problemas muito "mais sérios" para serem discutidos. O senador também lembrou as duas derrotas do parlamentarismo em plebiscitos e disse que se o presidencialismo não fosse bom, a nação mais poderosa do mundo não o adotaria.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as tentativas de mudar o sistema político tinham como objetivo perpetuar as forças que ocupam o Palácio do Planalto, e que o povo já expressou a vontade de ter um regime presidencialista. Suplicy condenou a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sem consulta popular e lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso também foi contra a medida em entrevista recente concedida ao *Jornal do Brasil*.

Alcântara defende debate sobre política industrial

Encampando idéias de técnico do governo, ele diz que a atual falta de diretrizes para o setor beneficia grandes empresas e capital estrangeiro

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem o debate sobre as diretrizes que deveriam nortear uma política industrial para o país, com destaque para uma definição do papel do capital estrangeiro. Ele se referiu a declarações do secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Hélio Mattar, para quem o Brasil assistirá a uma nova onda

de desnacionalizações, que poderá aprofundar a transferência dos centros de decisão de investimento para o exterior.

Conforme salientou Alcântara, o secretário é taxativo ao alertar para a necessidade de elaborar uma política industrial, que, a seu ver, deve ser orientada por cinco objetivos: gera-



Lúcio Alcântara

ção de emprego, desconcentração do desenvolvimento, melhoria do balanço de pagamentos, fortalecimento da empresa de capital brasileiro e capacitação tecnológica do país.

O senador também apontou que Hélio Mattar critica políticas industriais promovidas no passado, por terem se caracterizado pelo apoio equivocado a setores industriais específicos, como o de papel e celulose, que teria consumido US\$ 13,8 bilhões.

As teses do secretário são polêmicas, enfatizou Alcântara, mas indicam que há um debate sobre a questão dentro do próprio governo. O senador manifestou também sua concordância com a seguinte observação de

Mattar: "A não-existência de uma política industrial privilegia as grandes empresas, as companhias estrangeiras, as regiões desenvolvidas e o setor financeiro".

Outro ponto que deve constar do debate, na opinião de Alcântara, é o questionamento do financiamento a empresas estrangeiras no processo de privatização, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) se disse convencido de que países como o Brasil, por seu tamanho, diversidade e desigualdades, não podem prescindir da presença do Estado. Nesse sentido, para ele, é inconcebível que a economia brasileira não conte com políticas industrial e regionais. Quanto ao BNDES, ele disse que "não há firula que me convença de que está correto financiar empresas estrangeiras na compra de patrimônio público".

Jonas prega maior apoio ao setor sucro-alcooleiro

Referindo-se à reunião dos produtores de álcool, açúcar e fornecedores de cana, prevista para amanhã, na Comissão Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) convidou os parlamentares a participarem do evento. "Assim, em conjunto, poderemos melhor conhecer os problemas do setor sucro-alcooleiro brasileiro, com vistas a auxiliá-lo na sua recuperação e no seu fortalecimento", argumentou ele.

O senador informou que, nos últimos anos, a relação do Estado com esse segmento econômico vem se alterando significativamente, tanto que, atualmente, são livres a produção do açúcar e do álcool e a sua comercialização, tanto interna quanto externa. "Entretanto, diante da queda acentuada do consumo do álcool combustível, com seus nefastos reflexos na cadeia produtiva, o governo resolveu tomar medidas que assegurem a comercialização e o consumo do álcool e dêem a necessária solidez a esse setor produtivo", afirmou.

Entre as medidas do governo, Jonas Pinheiro destacou o aumento do percentual de aditivção do álcool anidro à gasolina; a proibição do uso da mistura de metanol-etanol à gasolina, que competia com o consumo



Jonas convidou os parlamentares a participarem da reunião que definirá as novas diretrizes para o setor

do álcool; a elevação da alíquota do Imposto de Importação; a aquisição dos estoques excedentes de álcool; e o financiamento dos produtores para a estocagem do álcool.

Ele sustenta, contudo, que, mesmo com essas medidas, o setor sucro-alcooleiro precisa maior apoio do governo para superar a situação de crise que enfrenta e ter maior sustentabilidade econômica. Integrante, juntamente com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), do conselho consultivo do Cima, Jonas Pinheiro disse que, por meio de freqüentes negociações, esse organismo tem procurado implementar procedimentos de apoio ao setor. A reunião marcada para amanhã destina-se a fixar diretrizes para o ano 2000, acrescentou ele.

Osmar: seca no Sul e enchentes podem causar desabastecimento

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou ontem para a possibilidade de desabastecimento de grãos no país, em decorrência da seca que atingiu os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul – e das enchentes que assolaram São Paulo e Minas Gerais.

– Se o governo quiser agir com presteza, terá que convocar os agricultores a plantar agora, no início do ano, uma grande safra de milho e feijão para compensar as perdas decorrentes da seca no Sul. Para isso, precisa liberar crédito abundante imediatamente – afirmou.

Para Osmar Dias, o governo tem sido negligente com a segurança alimentar do país. "Sua resposta a uma eventual falta de um produto tem sido a importação. Foi assim que importamos trigo, arroz, feijão e milho, em vez de promover um planejamento agrícola dando apoio aos plantadores para obter estoques reguladores dos produtos de maneira a fazer face a uma quebra de safra", continuou.

O senador pelo Paraná lembrou que o ano 2000 está sendo rotulado como "o ano do emprego", com o governo acenando com estímulos à



Osmar sugere ao governo que conclame os produtores a plantar já milho e feijão para compensar as perdas

construção civil e à indústria. "Há 18 milhões de empregados no campo e somente 3 milhões na construção civil e 9 milhões na indústria. Não seria o caso de promover política de emprego nas zonas rurais?", perguntou.

Ele lembrou que a comissão especial mista que analisou a questão da pobreza identificou que, dos 30 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, metade está no campo, embora haja mais brasileiros vivendo nas cidades do que na zona rural. "Isso quer dizer que quem produz o alimento é quem mais está morrendo de fome. Qualquer política de emprego e combate à pobreza precisa se iniciar no campo", concluiu.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-

GO) denunciou que a Argentina está praticando *dumping* com o Brasil ao exportar leite a US\$ 1.500 a tonelada, quando seu preço interno é de US\$ 2.100. "Isso é concorrência desleal com o produtor brasileiro, e o governo, ao permitir esse tipo de importação, está destruindo a indústria de leite no país."

José Alencar (PMDB-MG) lembrou que o governo eliminou alíquotas de importação de algodão, num momento em que as taxas de juros praticadas no país eram seis vezes maiores do que nos países competidores. "Isso prejudicou os produtores que optaram por plantar outros produtos, e o país precisou importar ainda mais algodão."

Viana avalia primeiro ano de gestão do governador do Acre

O governador Jorge Viana conseguiu, no primeiro ano de gestão, alcançar o maior índice de cobertura vacinal da história do Brasil contra a febre amarela, atingindo 93% da população, afirmou ontem o senador Tião Viana (PT-AC), ao fazer um balanço da viagem que fez pelo estado do Acre durante o recesso parlamentar de fim de ano.

Reconhecendo as dificuldades encontradas pelo governo do estado nesse período inicial, Tião Viana declarou-se satisfeito por poder relatar que, no período de um ano, foram pagos 16 meses de salário ao funcionalismo, implantou-se o plano de cargos e salários para mais de 60% dos servidores e promoveu-se o maior índice de vacinação contra a hepatite B, que, segundo o senador, é o maior flagelo de saúde pública na região amazônica.

Tião Viana disse que a atual administração do Acre foi a que mais construiu estradas no primeiro ano e que a população mostra-se esperançosa,



Tião Viana saudou os bons resultados obtidos em áreas como a saúde pública

apesar de um cenário nacional difícil, porque sente que há um governo estadual competente, que cumpre os compromissos políticos assumidos, que trabalha com orçamento participativo e que já comemora a perspectiva de aumento da produção estadual.

– Lembro ainda a onda de violência que afligia o Acre, dizendo

que após um ano de governo Jorge Viana, não houve um caso de um policial matar um cidadão ou de um cidadão matar um policial, o que não era incomum dentro da política e da ordem social que se testemunhava no Acre. Há prisões de grupos de extermínio, de pessoas ligadas ao esquadrão da morte e ligadas ao narcotráfico, e o governo caminha na busca de pacificar a sociedade e de dizer para o país que é possível acreditar nas instituições públicas e trabalhar com senso de prioridade, de organização e de qualificação dos servidores – ressaltou.